





IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL  
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E  
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024  
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



multiplicidade dos seus atores sociais, requeriam participação em decisões estatais, bem como controle nas decisões do Estado.

Em conformidade a esta luta, somente a partir da redemocratização da sociedade brasileira, as pessoas com deficiência garantem na luta por direitos a superação limitante do conceito de deficiência, e passam a ser enxergadas como “pessoas”. Porém, as pessoas com deficiência permaneciam presas a um sistema não democrático, excludente e autoritário.

Grande parte das forças políticas e sociais que impulsionaram o processo de redemocratização do país na década de 1980, estava imbuída a uma concepção democrática ampliada, que não se restringia apenas ao restabelecimento do sistema representativo eleitoral. O desejo popular era maior. Tratava-se de mudar a estrutura do Estado, não-democrático, excludente e autoritário, transformando-o radicalmente. Não por meio de uma ruptura institucional ou de uma revolução, mas sim por uma transformação gradual das estruturas de poder. Pretendia-se alargar a participação dos homens e das mulheres nas decisões políticas que afetavam suas vidas (CICONELLO, 2008, p. 01)

Alicerçados no que afirma Ciconello, o desejo popular até a atualidade é romper com os sistemas repressivos do estado, sistemas ditatoriais, e a opressão do sistema capitalista sobre as pessoas com deficiência. Portanto, cabe às pessoas com deficiência, “como um modo de ser do homem no mundo, como um momento do processo através do qual o homem, criando o mundo, gera a si mesmo como sujeito histórico” (ARAÚJO, 1985), romper com os mecanismos privilegiados de mediação entre o Estado e a população.

Embasados numa perspectiva qualitativa do método de pesquisa bibliográfico, o presente texto destina-se como afirma Gil (1999, p. 44), “agrupar investigações sobre ideologias ou outros meios que se propõe a análise das diversas posições acerca de um problema”. Desta forma, objetivava-se compreender a atuação dos novos sujeitos históricos – sujeitos diversos e plurais do Movimento das Pessoas com Deficiência – MPCD, frente as forças atuais do neoliberalismo, e ao enfrentamento da massificação das ONGs como veículo privilegiado do Estado para mediar as contradições imanentes ao Estado e a Sociedade.

Ressalta-se a importante contribuição dos autores Mészáros (2008), Houtart (2007), Bertini (2014) e Gomes (2003), para a compreensão das relações neoliberais sobre o estado democrático do direito e a participação dos sujeitos históricos de conhecimento, na práxis pela (re) efetivação dos movimentos sociais enquanto “ações coletivas de caráter sociopolíticos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais” GOHN (1997, p.44) para superar as forças neoliberais na atualidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL  
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E  
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024  
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



Ao analisar o MPCD, percebemos que este insere-se desde o seu surgimento a um sistema alienante, onde todos estão submetidos a organismos de controle e a um projeto neoliberal “democrático-popular”. Ao observar sobre a inclusão em suas intervenções no modo de produção capitalistas, Bertini afirma

A maneira de o sistema capitalista incluir faz parte dos mesmos mecanismos de reproduzir e sustentar a servidão, a passividade, a miséria e, principalmente, a alienação do trabalhador. Essa máscara da inclusão (...) provém de ideias imaginativas, feitas pelo próprio sistema nos indivíduos. Eles passam a perceber que as apropriações materiais ou simbólicas os levam a “fazer parte” do todo, finalmente correspondendo adequadamente ao que a sociedade cria a cada instante. Esse sistema inclui para excluir, ou seja, para manter os homens na dependência de um estado de coisas que não diz respeito à sua própria liberdade e potência (...). (BERTINI, 2014, p. 61).

Conforme afirma a autora, nos moldes do sistema capitalista a inclusão é mais um mecanismo de alienação, pois esta falsa inclusão sendo concebida como apropriações materiais ou simbólicas, induzem as pessoas a se sentirem parte ou pertencentes ao que define a sociedade dominante. Desta forma as grandes massas hegemônicas ainda constituem domínio as classes dominadas, reduzindo-as a passividade, miséria e servidão.

Ainda no contexto de expansão dos movimentos sociais, nos anos de 1990, apesar dos avanços políticos, sociais e educacionais, uma nova era hegemônica, a saber o neoliberalismo, se estabelece sobre os movimentos sociais, modificando-os quase que por completo. Surgem alterações não apenas na forma da luta dos movimentos, mas, também no empoderamento das lutas sociais. Houve, desta forma, um amortecimento nas lutas dos sujeitos históricos, eximindo a coletividade e, portanto, enfraquecendo-os.

A era neoliberal retirou de cena os movimentos sociais e assumiu a centralidade da cena política as ONGs. Estas foram alçadas à condição de agentes privilegiados de mediação entre Estado e a população, principalmente a mais empobrecida. Tornaram-se defensoras da “participação da sociedade civil” no Estado trazendo para si a função de executoras de políticas públicas, apoiando as várias formas de privatização dos serviços públicos (GOMES, 2003, p. 54)

Desta feita, os movimentos sociais das pessoas com deficiência, considerado como um dos maiores movimentos dos anos de 1990 a nível nacional, tornaram-se marcados pela institucionalização destes movimentos. Assim as Organizações Não Governamentais (ONGs) tornaram-se parceiras, aderindo as propostas neoliberais do Estado. “A relação entre Estado e ONGs parece constituir um campo exemplar da confluência perversa [...]. Dotados de competência técnica



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL  
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E  
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024  
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre possíveis interlocutores na sociedade civil” (DAGNINO, 2004, p. 101).

Ao analisar o contexto submetido, o MPCD encontra-se hoje fragilizado mediante retrocessos nos campos sociais, políticos e econômicos. Deste modo, como afirma Mészáros, é necessário construir de forma dialética a consciência de classe, isso requer organização das intervenções no desenvolvimento social. O autor diz:

O desenvolvimento da consciência de classe é um processo dialético: é uma ‘inevitabilidade histórica’ precisamente na medida em que a tarefa é realizada através da mediação necessária de uma atuação humana consciente. Isso requer, inevitavelmente, algum tipo de organização – seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva – estruturada segundo as condições sóciohistóricas específicas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social (MÉSZÁROS, 2008, p. 72).

Cabe ressaltar que apenas a organização das intervenções não é suficiente para causar alterações nas dinâmicas estruturais neoliberais, é preciso novamente se estabelecer a construção de novos sujeitos históricos que estejam dispostos ao enfrentamento dos avanços neoliberais na sociedade contemporânea. Deste modo, cabe-nos identificar o conjunto dos sujeitos históricos para a construção de um novo sujeito histórico, assim como afirma Houtart

[...] novo sujeito histórico se estende ao conjunto dos grupos sociais submetidos tanto aqueles que formam parte da submissão real (antigos movimentos sociais) como os que integrariam o grupo dos submetidos formalmente (novos movimentos sociais). O novo sujeito histórico a ser construído será popular e plural, isto é, constituído por uma multiplicidade de atores (HOUTART, 2007, p. 423).

Destarte, a construção do novo sujeito histórico do movimento social das pessoas com deficiência está intimamente ligada ao processo de construção e, portanto, a identidade histórica do movimento e da coletividade das pessoas com deficiência. Desta feita, a constituição ou surgimento de um novo sujeito dotado de historicidade, individualidade e multiplicidade, será capaz de romper as barreiras da opressão, desigualdades, exclusão e dominação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição de um novo sujeito histórico dentro dos parâmetros jogados pelo capitalismo, é uma verdadeira batalha da luta por emancipação humana, é uma práxis social, são ações coletivas. A partir de tal pressuposto, frente ao surgimento do neoliberalismo, não será possível uma ruptura

